



A economia açucareira e a estratificação social no Brasil colonial: um estudo a partir da obra *Cultura e Opulência do Brasil*

Palavras-Chave: Brasil colonial, estratificação social, André João Antonil

Autoras:

Alicia Condota Kuasne

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Milena Fernandes de Oliveira (Orientadora)

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO

A estratificação social no Brasil contemporâneo remete a processos históricos, como aponta o historiador Stuart Schwartz (1988), engendrados desde as décadas iniciais do período colonial da História do Brasil. Para Schwartz, a sociedade da América Portuguesa configurou-se a partir da forma como a estrutura social europeia foi reproduzida e acomodada aos trópicos.

A expressão estamental das estratificações caracterizava o corpo social tanto na Colônia, quanto na Metrópole. Entretanto, no Brasil, a partir da instituição escravista, recriada em função da atividade açucareira, emergiram princípios de estratificação social baseados sobretudo na condição jurídica dos indivíduos - livres *versus* escravos. Consequentemente, uma vez que os cativos diferiam racial e culturalmente de seus proprietários (SCHWARTZ, 1988, p. 215), emergiram, também, a religião - cristãos *versus* pagãos -, as práticas culturais, as atividades econômicas - proprietários *versus* mão-de-obra livre ou escrava - e a cor da pele - brancos *versus* não-brancos -, como marcas da diferenciação estamental. Ao operar simultaneamente, tais princípios deram origem a grupos sociais distinguíveis segundo combinações de status de privilégio econômico, jurídico, religioso, cultural ou étnico-racial, diferindo, portanto, da sociedade estamental europeia do Antigo Regime (SCHWARTZ, 1988, p. 212, 213).

A verificação da expressão estamental para a sociedade brasileira-colonial, como argumenta Schwartz, pode ser feita à luz de Max Weber (1982), referência central para estudos sobre divisão social. Nas palavras de Weber, a existência de “honrarias sociais”, isto é, estados de permissão, ou proibição, para a prática de certas atividades - laborais, artísticas, religiosas ou militares -, aquisição e uso de objetos, acesso a lugares, entre outros estados, conduz à formação estamentos sociais (WEBER, 1982, p. 219), o que converge para a defesa de Schwartz.

“Senhores” e “Escravos” são dois grandes estamentos. Os senhores viviam como aristocratas europeus, isto é, não se envolviam com o trabalho braçal, dedicavam seu tempo a hobbies e eventos sociais, dispunham de serviços e bens além do necessário, o que tornava visível sua superioridade estamental. Concomitantemente, os escravos dedicavam-se integralmente ao trabalho, e dispunham apenas de bens de qualidade inferior para suprir necessidades básicas.

Isto pode ser denotado em excertos de *Cultura e Opulência do Brasil*, de André João Antonil (2007[1711]). Referindo-se aos “gastos ordinários” realizados por senhores de engenho, Antonil menciona a posse de “Cavalos de respeito mais dos que bastam, chameleiros, trombeteiros tangedores e lacaios mimosos”. O autor também cita as “recreações amiudadas, os convites

supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo” como atividades comuns ao cotidiano dos senhores (ANTONIL, 2007, p. 104). Enquanto os senhores usavam peças de “serafina e seda e outras galas”, aos escravos se dava “quatro ou cinco varas de algodão e outras poucas de pano-da-serra” para vestimenta. Ademais, a dedicação exclusiva de seu tempo para servir ao seu senhor os permitia apenas dispor de “tempo para buscar uma raiz e um caranguejo para comer” (ANTONIL, 2007, p. 101).

Ainda à luz de Weber, os grupos sociais podem ser também analisados segundo características econômicas para a compreensão dos grupos sociais. Segundo definição do autor, condições de acesso a propriedade, a bens e serviços similares e emprego de mão de obra produzem estratificações segundo classes sociais (WEBER, 1982, p. 211). Deste modo, se faz pertinente analisar as estratificações sociais no Brasil colonial também sob a perspectiva econômica.

Nesse sentido, é possível considerar como classes no mundo colonial os trabalhadores, assalariados e, novamente, os escravos do engenho - e os senhores. Ao passo que escravos e trabalhadores-livres dos engenhos - feitores, mestres-do-açúcar, purgadores, caixeiros, entre outros (ANTONIL, 2007, p. 87, 93, 95, 161) - representavam a mão de obra necessária à grande propriedade fundiária e ao funcionamento das instalações do engenho, o senhor ocupava a posição de proprietário -, nas palavras de Antonil, “homem de cabedal” (ANTONIL, 2007, p. 79).

Para o estudo das divisões sociais e a dinâmica entre grupos estabelecidos na sociedade do Brasil colonial, mobilizamos a obra *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, de André João Antonil (2007). Embora bastante estudados, o clássico livro de Antonil foi analisado, nesse projeto, do ponto de vista das estratificações sociais.

Trata-se de uma obra de autoria do jesuíta André João Antonil – pseudônimo de Antonio Luis Andreoni -, apresentada em quatro partes. Cada uma contempla as descrições feitas acerca das condições de produção das principais riquezas do Brasil colonial até o século XVIII, isto é, açúcar, tabaco, ouro, gado e couro (TAUNAY, 1982; SILVA, 2007). O retrato das condições materiais, por sua vez, é permeado por menções a aspectos sociais, políticos e culturais da sociedade colonial e de seus grupos, o que justifica a mobilização de *Cultura e Opulência do Brasil* para o estudo das estratificações sociais no Brasil colonial.

Como defendido por Caio Prado Jr. (2000[1942]), a observação da sociedade brasileira do período colonial requer um estudo acerca da escravidão, especificamente da instituição deste regime a partir do início da atividade açucareira. Isto porque, para o autor, a chamada “escravidão moderna” (PRADO Jr., 2000, p. 271) – marcada pela dominação dos colonizadores inicialmente sobre indígenas e, posteriormente, sobre os africanos; bem como pela extração de força bruta de trabalho dos povos dominados-, constitui a base de todas as relações sociais no Brasil colonial, argumentação essa que converge para a defesa anteriormente mencionada de Stuart Schwartz (1988). Em função disto, o presente trabalho de pesquisa se ateve à primeira parte da obra de André João Antonil, uma vez que se ambienta nas “lavras do açúcar” nos arredores da Bahia (SILVA, 2007), retratando, portanto, a dinâmica das relações entre cativos e seus senhores sob o regime escravista.

OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo central trabalhar com as múltiplas estratificações sociais vigentes na América Portuguesa, a partir da atividade econômica açucareira conforme tratada por André João Antonil na primeira parte de *Cultura e Opulência do Brasil*. Para tanto, o estudo se ateve às distinções jurídicas, políticas, de posição nas relações de produção, de status social, de cultura e costumes - com ênfase para o aspecto religioso -, e de cor da pele identificadas entre a sociedade dos engenhos de açúcar - séculos XVI e XVII -, a partir das descrições de Antonil. Quanto ao objetivo específico, pretendeu-se identificar similaridades entre aspectos da expressão estamental das estratificações sociais no Brasil colonial e a organização social observada no Brasil contemporâneo, isto é, ainda calcada em assimetrias de múltiplas ordens

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação sobre as estratificações sociais no Brasil colonial foi realizada para o período dos séculos XVI e XVII, tendo como fonte principal o texto de André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*. Para análise dos aspectos materiais e respectivas relações com as dimensões superestruturais identificadas no mundo colonial (MARX, 2008[1859]), mobilizou-se o materialismo histórico, em abordagens atuais e, principalmente, tomando o referido cuidado da historicidade. Reconhecendo os limites da abordagem que, particularmente, não considera as dinâmicas culturais e estamentais no processo de estratificação social, utilizou-se a análise weberiana sobre estamentos. Ambas estão contempladas nos estudos de Stuart Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (1988).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Caio Prado Jr. (2000), sob a perspectiva das relações de trabalho, a sociedade brasileira do açúcar polarizava-se em dois grupos. O primeiro grupo dizia respeito aos donos dos meios de produção, portanto, aos senhores de engenho. Antonil mencionava os portadores do título de senhor como os que portavam muito “cabedal”, ou recursos (ANTONIL, 2007, p. 79). Esses recursos, ainda segundo relatos do jesuíta, destinavam-se à aquisição das terras para monocultura da cana, bem como construção de instalações, e respectiva manutenção da propriedade. A aquisição de mão-de-obra por parte dos senhores também foi mencionada por Antonil (ANTONIL, 2007, p. 79-80). Portanto, é apropriado que os senhores de engenho sejam identificados como donos dos meios de produção, como argumenta Prado Jr., uma vez que detinham recursos e capital imobilizado, além de comandar grande contingente de mão-de-obra.

No extremo diametralmente oposto, representando maior parte da força de trabalho mobilizada no Brasil-colônia, constava a população de escravos e escravas. Ao longo da primeira parte da obra de Antonil, há menções à ampla presença da mão-de-obra escrava nas instalações e atividades das grandes propriedades dos senhores de engenho. Antonil destacou a presença escrava nos canaviais – “Assim os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana: porém comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes” (ANTONIL, 2007, p. 119) -; na provisão de insumos para a produção (ANTONIL, 2007, p. 135) bem como em cada etapa do processo de transformação da cana em açúcar (ANTONIL, 2007, p. 129, 137, 143, 156, 165), e, por fim, nas atividades internas à casa grande, servindo diretamente ao senhor e sua família (ANTONIL, 2007, p. 95).

Apesar de, para Caio Prado Jr, a relação entre senhor e escravo ser a relação estruturante da sociedade colonial brasileira, o autor menciona, ainda, a existência de um “amalgama social” composto pela parcela da população cujo papel na produção ou era auxiliar à atividade principal, ou fugia a estas, como era o caso de alguns ofícios não monopolizados pela escravidão, do comércio - ocupação exclusivas aos nascidos na Metrópole -, das profissões liberais, das funções públicas e de cargos da Igreja (PRADO Jr., 2000, p. 277-278). Quanto aos auxiliares à atividade principal nos engenhos, tratava-se dos trabalhadores-livres atuantes como gerentes ou especialistas da produção do açúcar - feitores, mestres-do-açúcar, purgadores, caixeiros, entre outros (ANTONIL, 2007, p. 87, 93, 95, 161) - e dos pequenos proprietários e arrendatários cujas atividades produtivas eram subordinadas a contratos firmados com os senhores de engenho (ANTONIL, 2007, p. 84-86).

Embora sob perspectiva material apenas os senhores de engenho se qualificassem como dominantes – uma vez que detinham os meios de produção -, ao passo que escravos, trabalhadores-livres e pequenos proprietários figuravam como dominados, as relações de poder para além do econômico, conforme descritas por Antonil, apontavam para a subordinação absoluta dos escravos. O exercício do poder sobre os escravos era intermediado sobretudo pelo uso da violência física, justificada pela necessidade de repreender e, deste modo, ensinar aos escravos, como se denota no excerto a seguir:

Repreendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. Prender os fugitivos e os que brigaram com ferida ou se embebedaram, para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor. (ANTONIL, 2007, p. 91)

A inferioridade dos escravos também se refletia no grau de estima de seus senhores por eles. Excertos de Antonil aludem ao desprezo pelo qual eram tomados os escravos quando contrastados, por exemplo, à grande estima que os senhores tinham pelos animais do engenho, como na seguinte declaração: “fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.” (ANTONIL, 2007, p. 101).

O acesso dos escravos a bens de subsistência também marcava sua inferioridade. Ao passo que as demais camadas sociais, sobretudo os senhores de engenho e respectivas famílias, dispunham de itens de alimentação e vestuário de qualidade e em abundância, como descreve Antonil, escravos e escravas dispunham sofriam privações materiais, e, do pouco que dispunham, nada era de qualidade. Os escravos recebiam alguma quantidade de tecido de algodão – qualidade inferior – para o fabrico de sua vestimenta (ANTONIL, 2007, p. 101-102), bem como limitada quantidade de alimentos, dentre os quais raízes, leguminosas, frutas e caranguejos quando havia manguezais na propriedade do senhor ao qual pertenciam (ANTONIL, 2007, p. 104, 146). Ressalta-se que o acesso a estes itens se dava a partir da provisão ou permissão dos senhores de engenho para tanto (ANTONIL, 2007, p. 101), o que tornava sua subsistência material incerta, dado o costume de alguns senhores de negar o sustento aos escravos, como sugere o excerto a seguir:

Porém não lhes dar farinha nem dia para plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo? Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede é negá-la a Cristo Senhor Nosso, como ele o diz no Evangelho, que será negar o sustento e o vestido ao seu escravo? (ANTONIL, 2007, P. 101)

A análise dos excertos de Antonil permite ainda concluir sobre o papel relevante da cultura no que diz respeito à diferenciação social por grupos. Os costumes, sobretudo religiosos, novamente reforçavam o contraste entre escravos e demais camadas. Em particular, a prática da fé cristã segundo os preceitos do catolicismo figurava como elemento determinante do pertencimento ou exclusão social nos engenhos, uma vez que a moral religiosa, tal qual na sociedade europeia do Antigo Regime, permeia o conjunto de relações sociais. Assim, os escravos que não se convertiam, especialmente no que tange à conversão para a fé católica, estavam sujeitos a maior grau de inferiorização social:

Uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados, e assim continuam por toda a vida. Outros em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã como para buscarem modo de passar a vida, e para se lhes encomendar um barco, para levarem recados e fazerem qualquer diligência das que costumam ordinariamente ocorrer. [...] Os que nasceram no Brasil ou se criaram desde pequenos em casa dos brancos, afeiçoando-se a seus senhores, dão boa conta de si. E levando bom cativo, qualquer deles vale por quatro boçais (ANTONIL, 2007, p. 98).

Silva (2007 *in* ANTONIL, 2007, p. 92) esclarece que o substantivo “bocal”, próprio do vocabulário do Brasil da América espanhola, significa escravo recém-chegado da África. Em razão de sua “rudeza”, que pode ser interpretada como falta de adaptação à cultura colonial, os boçais eram subestimados em relação aos “ladinos”, isto é, escravos convertidos aos costumes do Brasil, e aos “crioulos”, ou escravos já nascidos no Brasil, os mais estimados pelos senhores (SILVA 2007 *in* ANTONIL, 2007, p. 98).

Por conseguinte, destaca-se a cor da pele como elemento de estratificação social. Assim como os demais critérios, a cor da pele, segundo argumentação de Schwartz (1988), emergiu em consequência das diferenças étnico-raciais entre senhores e escravos. Deste modo, simultaneamente às condições de cativos e de propriedade de outrem, ao trabalho escravo, à privação material e à julgada inferioridade cultural, a cor da pele negra passou a operar como marca da falta de privilégio, portanto, característica dos estamentos inferiores da sociedade colonial. Neste sentido, a frase de

Antonil “o Brasil é Inferno dos negros [...]” (ANTONIL, p. 99) pode ser mobilizada para representar a múltipla falta de privilégios imposta aos negros trazidos como escravos ao Brasil-colônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratificação social no Brasil colonial, como foi possível concluir a partir da análise de *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, de André João Antonil, se expressava simultaneamente, como argumentado por Stuart Schwartz, tanto por elementos referentes à base material da sociedade quanto por aspectos estamentais, com destaque para a diferenciação jurídica, religiosa e étnico-racial. Neste sentido, notou-se concentração das múltiplas situações de falta de privilégios sob a categoria dos cativos, negros, em contraste ao acúmulo de privilégios sob o grupo dos livres, brancos. Tendo isso em vista, embora, no Brasil contemporâneo, as categorias antagônicas “livre” e “escravo” tenham sido superadas, o padrão de distribuição de privilégios entre brancos e não-brancos ainda se reproduz, isto é, ainda se observa a superioridade material e social dos primeiros e inferioridade dos segundos.

FONTE

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Documenta Uspiana II), 2007 (1711).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008(1859)

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000 (1942)

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução a ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Documenta Uspiana II), 2007.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. Antonil e sua obra: Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp (Coleção Reconquista do Brasil), 1982.

WEBER, Max. Classe, estamento e partido. Cap. VII in: GERTH, H. H & C.; MILLS, Wright. **Ensaio de Sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.